



Bailarina desenvolve coreografia para surdos

A música não é absorvida só pelo ouvido. Pode também ser sentida pelo corpo. É o que mostra a coreografia baseada na Língua Brasileira de Sinais (Libras), idealizada pela bailarina e coreógrafa Tatiana Wonsik. Reconpenza Joseph, em que contou com a participação de um grupo de surdos de Londrina. "A tentativa foi criar movimentos corporais no universo dos surdos, a partir dos seus sinais de comunicação. O aprendizado foi difícil, mas trata-se de um primeiro passo em direção a um trabalho inédito de estudo coreográfico com pessoas não-ouvintes", explica Tatiana que, recentemente, obteve o título de mestre em Dança com a dissertação "Língua de sinais e a escuta sensível: a dança revelada".

Orientada pelo professor do Instituto de Ar-

tes (IA) da Unicamp Eusébio Lôbo da Silva, Tatiana defende em sua tese a democratização da dança. Estudante de dança desde os dez anos de idade, ela acredita que a atividade deveria ser estendida ao público que não tem acesso à prática. No início, conta, não tinha ideia de como poderia propor algo para a comunidade de surdos, pois desconhecia a língua de sinais. Seu primeiro contato com este tipo de atividade foi em uma viagem realizada a Cuba, onde conheceu artistas surdos que desenvolviam trabalho de pantomima. Tatiana não teve dúvidas de que o caminho a trilhar seria o da criação em dança com língua de sinais.

De volta ao Brasil, em 2003, a bailarina se atualizou sobre a realidade brasileira e iniciou um trabalho com os jovens, de 12 a 18 anos, da

Igreja Católica Divino Salvador, em Campinas, e depois em Londrina. Passou a dar aulas de técnica e consciência corporal para chegar a uma coreografia que contemplasse a criação do próprio grupo. Foram erros e acertos até que a coreógrafa chegasse a uma série de movimentos. "Não se trata de uma dança pelo estímulo musical, pois a música é apenas pano de fundo para a coreografia", esclarece. Como projetos futuros, Tatiana pretende dar continuidade a um novo espetáculo, denominado "Curupira", por meio do qual pretende mesclar criação cênica com bailarinos ouvintes e não-ouvintes.

A bailarina Tatiana Wonsik Reconpenza Joseph: música e língua de sinais



Dissertação analisa distribuição geográfica de dentistas na região

Número de dentistas formados pelas faculdades brasileiras revela um mercado em desequilíbrio. Na Região Administrativa de Campinas, que engloba 90 municípios, isso fica claro, pois os dados indicam que em 2005 há um profissional para cada 669 habitantes. Números que superam com sobra a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que preconiza um profissional para cada 1.500 habitantes. Os dados, se comparados aos observados em 1970 – um dentista para cada 9.985 habitantes – mostram o grande número de profissionais que foram inseridos no mercado nos últimos 35 anos. A conclusão é da odontologista Adriana Cristina Oliva Costa em sua pesquisa de mestrado "Distribuição Geográfica dos profissionais de odontologia na Região Administrativa de Campinas", apresentada na Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP).

A pesquisa apurou que em 61,11% dos municípios que compõem a Região Administrativa de Campinas, a relação de dentista por habitante está abaixo do recomendado pela OMS. Em Jundiá, por exemplo, há um profissional para cada 455 habitantes. Outros municípios que merecem destaque são Campinas, com relação de um para 382; Piracicaba, de um para 467; Bragança Paulista, de um para 487; e Limeira, de um para 686 habitantes. Por outro lado, Hortolândia possui um profissional para 23 mil habitantes, Vargem Grande do Sul, um para 4.120 habitantes, e Várzea Paulista, um para 4.323, os três com relação acima do indi-

cado pela OMS.

Na pesquisa, a dentista observou um maior número de profissionais em importantes núcleos urbanos como Campinas, Jundiá e Piracicaba em que o desenvolvimento socioeconômico e cultural é efetivo. Uma das suspeitas da pesquisadora é a de que os profissionais são atraídos pelo ambiente cultural e pelas opções de lazer que as cidades maiores proporcionam, além da facilidade para atualização profissional. O maior problema, neste caso, seria a discrepância causada na distribuição desses profissionais no país.

Na região estudada pela pesquisadora, orientada pelo professor Eduardo Hebling, são seis as faculdades que possuem graduação em Odontologia, superando 21 estados brasileiros em número de faculdades. O Estado de São Paulo soma 49 faculdades. Com essa proporção, Adriana defende a intervenção do poder público para avaliar melhor a abertura de faculdades do gênero. "A maioria das faculdades são de caráter privado e a ausência de regulação gera um desequilíbrio quantitativo na distribuição dos profissionais", argumenta.

Outra proposta da dentista é que sejam criados incentivos para que o profissional formado migresse para regiões menos desenvolvidas economicamente ou com maior carência de profissionais. Ela entende que diante de um país com tantas diferenças sociais, a saúde bucal da população brasileira encontra-se marcada, dentre outros fatores, pela má-distribuição geográfica dos profissionais.



Adriana Cristina Oliva Costa: mais dentistas nas grandes cidades



Renata Monteiro Perez (à direita), autora, com a professora Walkiria Viotto: perfil do consumidor e análise da composição do queijo de coalho

Para agregar valor ao queijo de coalho

O queijo de coalho definitivamente já faz parte do cardápio da família paulista. Embora tenha sua origem no queijo artesanal do Nordeste brasileiro, o produto atravessou fronteiras. E o interesse chegou aos laboratórios da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. Há três anos, pesquisadoras se dedicam a caracterizar o consumidor e as indústrias produtoras, além de determinar o perfil físico-químico, sensorial e funcional do produto, muito consumido em churrascos. A ideia é, a partir das informações colhidas, obter subsídios para se chegar a um padrão de identidade de mais definido para o queijo de coalho, uma vez que a atual legislação brasileira é muito ampla.

Para pautar os estudos, foram analisadas as marcas comercializadas em Campinas. Concluiu-se que há uma grande variação no processamento do queijo de coalho entre as indústrias, que utilizam procedimentos diferentes para inibir a ação do coagulante e do fermento láctico de modo a obter um queijo com baixa capacidade de derretimento e que não escoc pela grelha. "Esta foi a forma mais apreciada pelo consumidor e determinante na hora da compra. Fizemos a aplicação de questionário em um hipermercado de Campinas", atesta a engenheira de alimentos Renata Monteiro Perez. A engenheira é autora da dissertação de mestrado "Perfil sensorial, físico-químico e funcional de queijo coalho comercializado no município de Campinas-SP", ori-

entada pela professora Walkiria Hanada Viotto.

Foram coletadas sete marcas diferentes de queijo de coalho com datas de fabricação similares e em três ocasiões distintas para compor uma das etapas da pesquisa. Foram determinadas e avaliadas as mudanças que ocorreram durante 90 dias de armazenamento refrigerado. "Houve grande variação na composição dos queijos. Algumas marcas não se enquadraram nas exigências da legislação e apresentaram muita diferença na composição, funcionalidade e propriedades sensoriais", explica Renata. Todas as amostras, no entanto, apresentaram baixa capacidade de derretimento. "Esse é um fator importante que determina o fim da sua vida de prateleira", esclarece.

O trabalho de mestrado de Renata faz parte de um projeto temático, financiado pelo Banco Mundial que envolve outras instituições como Universidade Estadual do Ceará, Centre de Cooperation Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD-França), entre outros. A Embrapa Agroindústria Tropical é a instituição coordenadora da pesquisa, cujo objetivo é desenvolver e adequar tecnologias e práticas para agregação de valor e preservação de identidade de queijos regionais para certificação.



algumas ações já em andamento é preciso ampliar, atualizar, aprimorar e estender interna e externamente os serviços e recursos existentes para que se tenha um ambiente acadêmico difusor de práticas inclusivas.

Um suporte pedagógico para deficientes visuais

Em 2003, a professora de Matemática do Centro Estadual de Educação Supletiva da Unicamp Antonieta Aparecida Gonçalves Pereira Kanso recebeu seu primeiro aluno deficiente visual. Na época, mesmo com 24 anos de magistério, não sabia como ensinar a disciplina a ele. Mas as palavras ditas pela diretora – "ele tem o direito de aprender de tudo" – desafiaram a professora a tomar a decisão de que Roberto não seria apenas um ouvinte, mas que aprenderia o conteúdo integral.

O episódio foi o ponto de partida para que Antonieta desenvolvesse a Braimaleca, um suporte pedagógico para o ensino de Matemática, principalmente envolvendo questões de álgebra, para deficientes visuais. O material consiste em

um tabuleiro com inscrições em braille. Bastam pequenas adaptações para também ser utilizado com conteúdo de Física e Química. Segundo Antonieta, a maior dificuldade dos deficientes é que a escrita e leitura não são concomitantes. "Ele escreve da direita para a esquerda, mas lê ao contrário. Em disciplinas de exatas isso dificulta o ensino, pois é necessário que o aluno tenha uma memória acurada", explica.

A Braimaleca, o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central (LAB) e a disciplina Tópicos Especiais em Arquitetura I, cujo objetivo é envolver alunos de Arquitetura e Engenharia Civil, são apenas alguns dos exemplos de acessibilidade existentes na Unicamp e que, de certa forma, estavam dissociadas. A oportunidade oferecida pelo Programa de Educação

Especial da Capes possibilitou aglutinar diversas propostas, que culminou na criação, em 2003, do Programa Todos Nós. A iniciativa é de professores e alunos e a intenção é fazer um diagnóstico da questão na Universidade.

Desde o início dos trabalhos, o programa já editou um livreto, *Conviva com a diferença*, distribuído aos calouros no início do ano letivo, e organizou uma oficina participativa "Acesso, Permanência e Prosseguimento da Escolaridade de Nível Superior de Pessoas com Deficiência: Ambientes Inclusivos", em 2004, cujos resultados constam da publicação *Todos Nós – Unicamp Acessível*, também na versão em braille. As coordenadoras do programa, professoras Maria Teresa Eglér Montoan e Maria Cecília Baranuskas, entendem que mesmo com